

MENSAGEM DA XIV ASSEMBLÉIA GERAL DO CIMI

Diga ao meu povo que avance (Ex 14,15)

À luz desta ordem do Deus da Libertação, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) abriu sua XIV Assembléia Geral que se realizou em Luziânia, Goiás, de 06 a 10 de agosto de 2001. Participaram 105 delegados, 15 lideranças indígenas e 17 convidados. A Assembléia, que abriu as comemorações dos 30 anos do Cimi, constatou o quanto os povos indígenas avançaram nas últimas décadas.

Nos anos 70, do mal chamado *milagre brasileiro*, do desenvolvimento forçado e violento sob a ditadura militar, os povos indígenas avançaram exigindo o reconhecimento de sua existência, a terra, o direito à vida e o respeito às suas culturas. Neste período, no qual inúmeros povos sofreram graves riscos de extermínio, ocorreram articulações e assembléias interétnicas que apontaram para um novo e combativo protagonismo indígena.

Nos anos 80, a chamada *década perdida*, os índios avançaram nas mobilizações e articulações conquistando, na Constituição Federal, um capítulo que exige a mudança de orientação do Estado brasileiro com relação aos povos indígenas. Este capítulo exige que se afaste a perspectiva integracionista e introduz o conceito constitucional de respeito à diversidade étnica e cultural.

Nos anos 90, a década da exclusão social, muitos povos indígenas ressurgiram, retomaram e ampliaram territórios, participaram e exigiram o controle das políticas públicas que atingem diretamente as comunidades. Hoje, este processo continua, com mais força.

A Marcha e a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, realizadas em abril de 2000, e que culminaram com os episódios de repressão policial-militar em Coroa Vermelha, Bahia, foram emblemáticas deste momento histórico. Por um lado, mais de 3.600 lideranças, de 140 povos indígenas, com seus aliados do movimento negro e do movimento popular, mostraram a força e a dignidade dos excluídos do projeto neoliberal. Por outro lado, os presidentes da República do Brasil e de Portugal comemoraram, protegidos por milhares de soldados da Marinha, Exército e Aeronáutica, os 500 anos de invasão colonial. Além da violência contra os povos indígenas e seus aliados, o fiasco da Nau Capitânea foi um símbolo a mais do naufrágio ético e político das comemorações oficiais e do próprio governo federal.

Nas próximas décadas os povos indígenas seguirão avançando, fortalecidos pelo testemunho dos que tombaram e em comunhão com os povos irmãos da Ameríndia. Avançarão reconquistando a plenitude do controle sobre seus territórios, do reconhecimento dos seus direitos, da vivência de suas culturas e das possibilidades de uma vida livre e digna.

Não são poucos os desafios que se colocam à nossa frente, como um imenso e ameaçador *Mar Vermelho*:

- a ameaça da não demarcação, da demarcação extremamente lenta e da fragilização da defesa da integridade dos territórios indígenas. Hoje, das 756 terras indígenas existentes, apenas 251 foram demarcadas, homologadas e registradas. As demais, apesar da falácia oficial, continuam totalmente expostas à ação dos invasores e exploradores destes territórios. Neste contexto de paralisia nas demarcações, assume também um caráter ameaçador a prática inconstitucional da compra de terras para comunidades indígenas;
- a ameaça de aprovação, pelo Congresso Nacional, de um Estatuto dos Povos Indígenas que os inimigos desejam que cerceie e reduza direitos já reconhecidos e viabilize a abertura das terras indígenas ao capital nacional e internacional;
- a ameaça das iniciativas de militarização das fronteiras, criando municípios e quartéis que são verdadeiros enclaves coloniais nas terras indígenas, que quebram o equilíbrio das comunidades e ameaçam vidas humanas, principalmente de mulheres e lideranças indígenas;
- a ameaça de institucionalização da repressão na sociedade brasileira, quando o governo federal pretende dar poder de polícia ao Exército, quando tenta criar uma Guarda Nacional, quando mantém uma rede de infor-

mantes militares em todo o país, espionando os movimentos populares, as lutas dos povos indígenas e seus aliados, aos quais considera como “forças adversas” ou inimigos internos;

- a ameaça da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e de outros megaprojetos (hidrovias, hidrelétricas, ecoturismo...), que pretendem abrir verdadeiras estradas de acesso às riquezas do solo e subsolo e à biodiversidade dos territórios indígenas, passando-as para o controle e lucro dos grandes grupos multinacionais;
- a ameaça das inúmeras iniciativas governamentais e de empresas privadas, que buscam “integrar” no mercado neoliberal povos e territórios indígenas, cooptando lideranças e fundando, no interior das comunidades, a divisão, a competição, a exploração e a desintegração sócio-cultural. Esta ameaça coloca em grave risco a própria continuidade da existência dos povos indígenas.

Os povos indígenas no Brasil, no entanto, venceram 500 anos de ameaças, venceram o genocídio e o etnocídio e viveram os últimos 30 anos de seguidos avanços no reconhecimento de seus direitos, na recuperação territorial e no fortalecimento cultural. Os povos indígenas seguirão avançando nos próximos anos e nas próximas décadas, na construção dos *outros 500* na sociedade brasileira. Junto deles continuará o CIMI, em permanente aliança, compromisso e testemunho.

No decorrer das comemorações dos 30 anos de existência do CIMI nos engajamos, particularmente, na divulgação e realização da Campanha da Fraternidade 2002, cujos tema e lema são, respectivamente, *Fraternidade e Povos Indígenas* e *Por uma Terra Sem Males*. Confiamos que esta campanha sensibilize as nossas Igrejas e toda a sociedade brasileira para um compromisso cada vez maior com a causa dos povos indígenas. Podemos muito aprender com eles para a construção de uma sociedade igualitária, livre e solidária.

Continuaremos com a nossa prática, a um só tempo profética e propositiva, em que exigimos uma ruptura com o passado de exploração e morte para a construção dos *outros 500*. Continuaremos a afirmar que não bastam mudanças superficiais na sociedade brasileira, nem muito menos acordos de elites para novas transições “lentas, graduais e seguras”.

Continuaremos a exigir as necessárias transformações radicais na nossa sociedade: frente a uma Justiça a serviço das classes dominantes, vivenciaremos a Justiça maior; frente ao egoísmo institucionalizado pelo sistema, vivenciaremos o Amor maior; frente aos processos de morte, vivenciaremos a Ressurreição.

Continuaremos, enfim, a sonhar e a buscar, com os povos indígenas, a *Terra Sem Mal* definitiva. Continuaremos a sonhar e a buscar, com o povo brasileiro e com os povos de todo o mundo, a construção de uma nova Terra, onde reine a solidariedade universal.

Assim como, lutando junto com as comunidades indígenas, buscamos a expulsão, a desintrusão do latifúndio, das empresas de mineração, de garimpeiros e madeireiros, de exploradores de toda ordem, hoje buscamos e exigimos, junto com todos aqueles que lutam pela Humanidade, a desintrusão do Neoliberalismo da Vida e da História.

Diga ao meu povo que avance. Para responder a esta ordem de Deus, com os povos indígenas, com o povo brasileiro e com todos os povos do mundo, *avançaremos!*

Luziânia — GO, 10 de agosto de 2001.